

**DPS GONÇALVES INDÚSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA EPP**

CNPJ.: 64.106.552/0001-61 - I.E.: 368.053.102.115

NIRE.: 35209547242

**13ª ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

Os abaixo assinados: **ANTONIO JOSÉ GONÇALVES**, brasileiro, empresário, casado, maior, natural de Bariri/SP, residente e domiciliado na cidade de Bariri/SP, na Av. Margarida Maria, 225 - Jardim Santa Terezinha - CEP 17250-000, inscrito no CPF nº 792.476.878-53 e portador da cédula de identidade RG 9.146.474-2 emitida em 16/06/1995 pela SSP/SP;

**DIEGO GONÇALVES**, brasileiro, empresário, solteiro, maior, natural de Bariri/SP, residente e domiciliado na cidade de Bariri/SP, na Av. Margarida Maria, 225 - Jardim Santa Terezinha - CEP 17250-000, inscrito no CPF nº 304.790.078-70 e portador da cédula de identidade RG 32.589.968-X emitida em 29/12/1994 pela SSP/SP;

**SAULO GONÇALVES**, brasileiro, empresário, solteiro, maior, natural de Bariri/SP, residente e domiciliado na cidade de Bariri/SP, na Av. Margarida Maria, 225 - Jardim Santa Terezinha - CEP 17250-000, inscrito no CPF nº 338.621.598-09 e portador da cédula de identidade RG 34.388.231-0 emitida em 09/05/1996 pela SSP/SP, na qualidade de sócios da sociedade empresária por quotas de responsabilidades limitada denominada **DPS GONÇALVES INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA - EPP**, com sede na cidade de Itajú-SP, na Estância Gonçalves, s/n, bairro Boa Vista de Cima, inscrita no CNPJ nº 64.106.552/0001-61, inscrição estadual nº 368.053.102.115, registrada na JUCESP sob NIRE 352.095.472-42 em 20/08/1990 e última alteração contratual registrada em 15/08/2014 sob nº 272.285/14-6, resolvem de comum acordo, alterar e consolidar o seu contrato social, mediante cláusulas e condições seguintes:

**1. – REDISTRIBUIÇÃO DE CAPITAL SOCIAL**

O capital social de R\$ 150.000,00 (CENTO E CINQUENTA MIL REAIS), totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, dividido em 150.000 quotas no valor de R\$ 1,00 (Um real) cada uma, em virtude de acordo entre os sócios, passa a ser assim partilhado entre eles:

- Antonio José Gonçalves .....	78.000 quotas .....	R\$ 78.000,00
- Diego Gonçalves .....	36.000 quotas .....	R\$ 36.000,00
- Saulo Gonçalves .....	36.000 quotas.....	R\$ 36.000,00
- Total .....	150.000 quotas.....	R\$ 150.000,00

Fanton Germin Assessoria Empresarial Ltda – Rua Aziz Chidid, 195 – Bariri/SP - CEP 17250-000  
CNPJ 06.118.748/0001-70 – CRC/SP 2SP023180/O-9 – C.C.M. 7.633 – Fone (14) 3662-8561

Saulo S.

DP

JUCESP - E.R. BAURU

A

**Parágrafo Primeiro:** Nos termos do Artigo 1.052 do Código Civil ( Lei nº 10.406/2002), a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**Paragrafo Segundo:** Nos termos do Artigo 1.056 e 1.057 do Código Civil ( Lei nº 10.406/2002), as quotas são indivisíveis e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o consentimento do outro sócio, ao qual fica assegurado, em igualdade de condições e preço. O direito de preferência para a sua aquisição se postas a venda, formalizando, se realizada a cessão delas a alteração contratual pertinente.

## 2. – ADMINISTRAÇÃO

A administração da sociedade passa a ser exercida pelos sócios Antonio José Gonçalves, Diego Gonçalves e Saulo Gonçalves, já qualificados do preâmbulo que representarão a sociedade, judicial e extrajudicialmente, assinando isoladamente, podendo nomear procuradores para fins específicos e praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, sendo-lhes vedado, entretanto, o uso da denominação social em negócios estranhos aos objetivos sociais, ou assumir obrigações, quer em documentos de favor tais como avais ou fianças e hipotecas, quer em favor dele, sócios, ou de terceiros conforme determinam os Artigos 997 , VI, 1.013, 1.015, 1.064 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

**Parágrafo Único.** Os atos de alienação de bens móveis ou imóveis dependem da autorização de todos os sócios.

## 3 - CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Resolvem os sócios, dar nova redação e consolidar seu contrato social conforme adiante:

### CLÁUSULA PRIMEIRA DA NATUREZA JURÍDICA E DO NOME EMPRESARIAL

A sociedade é constituída sob a forma de sociedade empresária limitada, e gira sob a denominação social de DPS GONÇALVES INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA – EPP.

**Parágrafo Único.** Ao presente Contrato Social aplicam-se supletivamente, no que couber, as disposições legais da Lei de Sociedades por Ações (Lei nº 6.404/76), nos termos do parágrafo único do artigo 1.053 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

### CLÁUSULA SEGUNDA DA SEDE E FILIAIS

Saulo S.

JUCESP - E.R. BAUR

JUCESP - E.R. BAUR

A sociedade tem a sua sede social na cidade de Itajú, Estado de São Paulo, na Estância Gonçalves, s/n, Bairro Boa Vista de Cima, bairro rural, CEP 17260-000.

**Parágrafo Primeiro.** Presentemente a sociedade mantém filial no ramo de torrefação e moagem de café, na cidade de Bariri/SP, na Av. José Furcin, nº 148 – Jardim Santa Rosa – CEP 17.250-000, inscrita no CNPJ sob nº 64.106.552/0002-42, I.E. 201.036.241.112 e JUCESP com o NIRE 3590478311-1 em 15/08/2014.

**Parágrafo Único.** Observadas as disposições da Legislação aplicável, a sociedade pode abrir ou fechar filiais, sucursais, agências e escritórios em qualquer parte do território nacional mediante resolução dos sócios, única e exclusivamente para cumprir sua finalidade social.

**CLÁUSULA TERCEIRA**  
**DO INÍCIO DAS ATIVIDADES E DURAÇÃO DA SOCIEDADE**

O prazo de duração da sociedade é por tempo indeterminado, tendo como início das atividades, a data de 20/08/1990.

**CLÁUSULA QUARTA**  
**DO OBJETO SOCIAL**

A sociedade empresarial tem por objeto social:

- a) Industrialização e comercialização de torrefação e moagem de café;
- b) Preparação de especiarias, molhos, temperos e condimentos;
- c) Comércio atacadista de Cereais beneficiados;
- d) Prestação de serviços de industrialização de alimentos;
- e) Comércio atacadista de outros produtos alimentícios.

**Parágrafo Único** - A modificação do objeto social somente será possível com a anuência de todos os sócios que compõe a totalidade do capital social.

**CLÁUSULA QUINTA**  
**DO CAPITAL SOCIAL**

O Capital Social é de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), dividido em 150.000 (cento e cinquenta mil) quotas, do valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, subscritas e totalmente integralizadas em moeda corrente do país, assim distribuídas entre nos sócios:

SÓCIOS	Nº QUOTAS	VALOR R\$
Antonio José Gonçalves	78.000	78.000,00
Diego Gonçalves	36.000	36.000,00

Saulo S.

JP

JUCESP - E.R. BAURU

A

Saulo Gonçalves	36.000	36.000,00
<b>TOTAL DO CAPITAL SOCIAL</b>	<b>150.000</b>	<b>150.000,00</b>

**Parágrafo Primeiro:** Nos termos do Artigo 1.052 do Código Civil ( Lei nº 10.406/2002), a responsabilidade de cada sócio é restrita ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

**Parágrafo Segundo:** Nos termos do Artigo 1.056 e 1.057 do Código Civil ( Lei nº 10.406/2002), as quotas são indivisíveis e não podem ser cedidas ou transferidas a terceiros, sem o consentimento dos outros sócios, aos quais são assegurados, em igualdade de condições e preço o direito de preferência para a sua aquisição se postas a venda, formalizando, se realizada a cessão delas a alteração contratual pertinente.

**CLÁUSULA SEXTA**  
**DA ADMINISTRAÇÃO E DO USO DA DENOMINAÇÃO SOCIAL.**

A administração da sociedade é exercida pelos sócios **Antonio José Gonçalves, Diego Gonçalves e Saulo Gonçalves**, já qualificados do preâmbulo que representam a sociedade, judicial e extrajudicialmente, assinando isoladamente, podendo nomear procuradores para fins específicos e praticar todos os atos compreendidos no objeto social, sempre no interesse da sociedade, sendo-lhes vedado, entretanto, o uso da denominação social em negócios estranhos aos objetivos sociais, ou assumir obrigações, quer em documentos de favor tais como avais ou fianças e hipotecas, quer em favor dele, sócios, ou de terceiros conforme determinam os Artigos 997 , VI, 1.013, 1.015, 1.064 do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

**Parágrafo Único.** Os atos de alienação de bens móveis ou imóveis dependem da autorização de todos os sócios.

**CLÁUSULA SÉTIMA**  
**DA RETIRADA PRO-LABORE.**

O sócio que prestar serviços à sociedade tem direito a uma retirada mensal a título do "Pro-Labore", no valor estipulado livremente entre os sócios, de comum acordo e de acordo com a disponibilidade financeira da empresa, a qual é levada a débito da conta de Despesas Gerais, podendo inclusive, não terem retiradas, a critério dos mesmos.

**CLÁUSULA OITAVA**  
**DO CONSELHO FISCAL**

A sociedade não mantém conselho fiscal.

Saulo S.

JUCESP - E.R. BAUR

JUCESP - E.R. BAUR

CLÁUSULA NONA  
DO EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO.

O exercício social coincide com o ano civil e, em 31 de dezembro de cada ano são levantados o inventário, o Balanço Patrimonial e Demonstração de resultado econômico, todos apurados com observância das disposições legais aplicáveis e nos quatro meses seguintes ao encerramento do exercício, o Administrador presta contas justificadas em reunião de sócios.

**Parágrafo Primeiro:** Os lucros apurados tem a destinação conforme deliberação dos sócios, podendo ser em valores diferentes da participação no capital, e, no caso de prejuízo, o mesmo será mantido em conta especial de reserva, para compensação com lucros futuros.

**Parágrafo Segundo:** A sociedade pode distribuir lucros por conta de exercício corrente não encerrado, mediante levantamento de balanço especial para tal finalidade.

CLÁUSULA DECIMA  
DA RETIRADA OU FALECIMENTO DE SOCIOS.

Em caso de retirada de sócio pessoa física e ou de falência do sócio pessoa jurídica, a sociedade não se dissolverá, devendo os sócios remanescentes apurarem um Balanço Geral específico para apurar os haveres do sócio retirante, cujo valor será pago em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e sucessivas, podendo serem suportadas pela sociedade com a respectiva diminuição do capital social, ou adquiridas pelos sócios em comum acordo.

**Parágrafo Único.** O mesmo procedimento previsto no caput é aplicado para pagamento das quotas no caso de falecimento ou interdição de sócio, salvo se os sócios remanescentes e herdeiros acordarem em admitir os herdeiros do sócio falecido ou interditado na sociedade, caso em que não haverá pagamento.

CLÁUSULA DECIMA PRIMEIRA  
DAS DISPOSICOES TRANSITORIAS.

**Parágrafo Primeiro** - As divergências que se verificarem entre os sócios, inclusive no caso de falecimento do sócio pessoa física ou falência do sócio pessoa jurídica, entre os sócios remanescentes e os herdeiros do sócio falecido ou massa falida, serão resolvidas do acordo com o que determina o Código Civil.

**Parágrafo Segundo** - Serão regidas pelas disposições do Código Civil (Lei nº 10.406/2002) aplicáveis matéria, quanto a dissolução e a liquidação da sociedade.

**Parágrafo Terceiro** - Os casos omissos neste contrato serão resolvidos com observância dos preceitos do Código Civil (Lei nº 10406/52002) e de outros dispositivos legais aplicáveis.

Fanton Germin Assessoria Empresarial Ltda – Rua Aziz Chidid, 195 – Bariri/SP - CEP 17250-000  
CNPJ 06.118.748/0001-70 – CRC/SP 2SP023180/O-9 – C.C.M. 7.633 – Fone (14) 3662-8561

Saulo G.

UFES - E.R. BAURU

**FANTON GERMIN**

Assessoria Empresarial

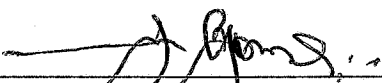
Fica eleito o foro da Comarca de Bariri, Estado do São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente contrato, excluindo-se qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

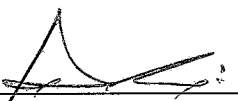
**DECLARACAO DE DESIMPEDIMENTO**

Os administradores, declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos, por lei especial e nem condenados ou encontram-se sob efeitos da condenação de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade nas hipóteses mencionadas no art. 1.011 Parágrafo 1º do Código Civil (Lei nº 10.406/2002).

E, por estar assim, justos e contratados, lavram o presente instrumento em 03(três) vias de igual forma e teor e para uma só finalidade, que são assinadas pelos sócios, na presença das testemunhas abaixo nomeadas e assinadas.


Itaju-SP, 10 de fevereiro de 2017

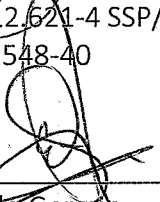
  
Antonio José Gonçalves

  
Diego Gonçalves

  
Saulo Gonçalves

**Testemunhas:**

  
Carlos Henrique Fanton Germin  
RG: n.º 41.012.621-4 SSP/SP  
CPF 312.656.548-40

  
Edson Geraldo Germin  
RG 16.435.833-x SSP/SP  
CPF 041.574.588-85

